

CONCLUSÕES

Introdução

No passado dia 8 de maio de 2015, decorreu o I Encontro Nacional de Centros de Recursos para a Inclusão (CRI), organizado pela Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APPC), no Espaço Atmosfera M (Montepio Geral), no Porto.

A motivação para a dinamização deste encontro decorreu da necessidade de se efetuar uma análise conjunta acerca do percurso efetuado até à data pelos CRI, partilhar conceções e práticas de forma a uniformizá-las, bem como refletir acerca dos diferentes modos de funcionamento. Pretendeu-se, ainda, analisar e avaliar a operacionalização dos CRI para antecipar e definir ações ou desafios futuros, tendo como meta a melhoria contínua do projeto.

Neste I Encontro estiveram presentes 34 CRI, geograficamente distribuídos, assegurando representatividade nacional. Os 99 participantes foram também representativos dos diversos especialistas presentes nas equipas dos CRI: fisioterapeutas, psicólogos, terapeutas da fala, terapeutas ocupacionais, psicomotricistas, coordenadores de serviço, direções técnicas, técnicos de acompanhamento de planos individuais de transição e técnicos superiores de educação.

Em simultâneo decorreu a reunião da Comissão de Acompanhamento dos CRI, com a participação dos seus elementos constituintes - Rogério Cação (FENACERCI), Isabel Cottinelli Telmo (FPDA), Luis Correia (HUMANITAS), José Patrício (FAPPC), José Alberto Duarte, (Diretor Geral da Direção dos Estabelecimentos de Ensino), Pedro Cunha (Subdiretor Geral da Direção Geral da Educação), Filomena Pereira, (Diretora de Serviços da DGE) e Ana Paula Monteiro (Direção Geral de Estabelecimentos Escolares, Equipa Multidisciplinar para a Inclusão e Sucesso Educativo). Também as conclusões da reunião foram partilhadas no final deste Encontro. Estiveram ainda presentes Margarida Almeida, Deputada Coordenadora do Grupo de Trabalho da Educação Especial da Assembleia da República, Eulália Calado, Presidente da Direção da Federação das Associações de Paralisia Cerebral e Abílio Cunha Presidente da Direção da Associação do Porto de Paralisia Cerebral.

Na abertura do I Encontro de CRI, Jerónimo Sousa apresentou em síntese o estudo “Avaliação das Políticas Públicas - Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais: o caso dos Centros de Recursos para a Inclusão”, da autoria do Centro de Reabilitação de Gaia (CRPG) por solicitação da Direção-Geral da Educação - Direção de Serviços de Educação Especial e de Apoios Socioeducativos. Sob o formato de ciclo de conversas, orientados por moderadores especialistas, foram abordados os temas “Avaliação centrada no contexto”, “Como desenhar objetivos?”, “Transição para a vida pós escolar”, “Regulamentação dos CRI”, “Intervenção em Currículos Específicos Individuais” e “Intervenção nos Processos de Adequação”. Os participantes foram distribuídos de forma que, em cada conversa, estivessem representados todos os CRI participantes.

Seguem-se as conclusões de cada Conversa:

apoio:



CONVERSA 1 “Avaliação centrada no contexto”

Práticas comuns

- ▶ Não existe um padrão nacional de atuação dos CRI, (fortemente influenciada pela instituição acreditada bem como pelas relações estabelecidas com os AE/E).
- ▶ A avaliação do aluno efetuada pelos CRI, é desfragmentada, porque é realizada pelas especialidades incluídas nos planos de ação.
- ▶ É pouco comum a utilização pelos CRI de instrumentos de avaliação validados e aferidos à população portuguesa ; os que existem são maioritariamente centrados em competências específicas e não servem as necessidades de avaliação centrada nos contextos naturais.
- ▶ A maioria dos CRI utiliza a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) como ferramenta conceitual, contudo ainda não se verifica uma apropriação efetiva dos conceitos.
- ▶ Alguns CRI possuem instrumentos de observação e de registo nos domínios da avaliação, mas a generalidade recorre a uma avaliação informal, compilando tópicos a partir de diversos instrumentos.
- ▶ Regra geral, os CRI efetuam uma avaliação centrada na criança. Mas é evidente para todos a necessidade de se implementar uma avaliação centrada nos contextos.
- ▶ A organização interna das equipas para a realização dos momentos ou procedimentos de avaliação não é igual entre os CRI. Mas estes adotam maioritariamente, um modelo interdisciplinar.
- ▶ A eficácia e eficiência da avaliação depende da qualidade da relação entre os CRI e os Agrupamentos de Escola. Mas é maioritariamente baseada no modelo de pluridisciplinaridade,. (a título de exemplo, alguns AE/E esperam dos profissionais do CRI uma avaliação centrada nas funções e estruturas do corpo do aluno, em detrimento de uma avaliação do ambiente onde este aluno interage).
- ▶ Existe escassez de informação acerca de instrumentos de avaliação
- ▶ É urgente construir instrumentos de avaliação da funcionalidade, para as intervenções de contexto, cuja base conceptual seja a CIF.
- ▶ A inclusão dos profissionais dos CRI no processo de avaliação, não é prática comum e não existe um modelo definido.

apoio:



Recomendações

- ▶ Clarificar com os AE/E, no início do ano letivo, o modelo conceitual de intervenção e sua operacionalização (também no que respeita aos momentos de avaliação).
- ▶ Necessidade de consolidação do paradigma da educação inclusiva, apelando à implementação de um modelo habilitativo (e não reabilitativo).
- ▶ Importância de focar a intervenção dos profissionais dos CRI na capacitação dos contextos e agentes educativos, tornando-os responsivos às necessidades do aluno.
- ▶ A avaliação serve para identificar necessidades da criança nos contextos naturais em que está envolvida (ex: recreio, cantina, sala de aula, locais na comunidade, entre outros), integrando todo o ambiente escolar e também as famílias.
- ▶ Desconstruir algumas concepções e práticas, adquiridas durante a formação académica, apenas centradas nas competências das crianças.
- ▶ Toda a informação relativa a cada aluno vertida num documento único, da escola, ocorrendo no tempo pré-definido para o efeito. Para que seja possível, é fundamental que os CRI possuam tempo de trabalho indireto e possam cumprir o calendário escolar.
- ▶ Reforçar a partilha mútua de informações entre os AE/E e os CRI: p. e. dar a conhecer regulamentos e projetos educativos dos AE/E, ou os princípios de funcionamento dos CRI.
- ▶ Melhorar e aumentar a relação com os AE/E através de uma figura de referência/coordenação dos CRI.
- ▶ Avaliar e monitorizar regulamente (p.e. reavaliações periódicas) para ajustar objetivos e intervenções, às necessidades dos alunos.
- ▶ Construção de diretrizes nacionais para os CRI para a avaliação (o quê, quem, como, onde e de que forma).
- ▶ Preconiza-se um documento único, respeitante à criança, suas necessidades e resultados.
- ▶ Efetivar a participação dos profissionais do CRI na referenciação para a educação especial, bem como na sinalização para os apoios incluídos no plano de ação.
- ▶ Urgente desenvolver instrumentos de avaliação/metodologias para cada uma das fases de monitorização;
- ▶ Incluir as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos domínios da avaliação;
- ▶ Melhorar o tempo em que é feito e a participação de todos na sinalização dos alunos alvo da inter-

apoio:

A REFLEXÃO

passado . presente . que futuro?

venção no próximo ano letivo, (preferencialmente no fim do ano letivo anterior);

- ▶ Desafiar as universidades para a investigação nos domínios da “avaliação para intervenções em contexto”.
- ▶ Criar canais de comunicação mais próximos e eficazes entre os CRI e a tutela, para melhoria contínua de todos os âmbitos do projeto.

apoio:



CONVERSA 2 “Como desenhar objetivos”

Práticas comuns

- ▶ Os CRI tendem a definir, maioritariamente, objetivos por áreas de intervenção/especialidade.
- ▶ Ainda existem poucos CRI a formular objetivos segundo a metodologia SMART e/ou seguindo os domínios da qualidade de vida.
- ▶ Na perspetiva dos CRI, os objetivos definidos no Plano Educativo Individual (PEI) são demasiado numerosos, estando mesmo repetidos em áreas destinadas ao preenchimento docente e ao preenchimento técnico (ex: o docente e o técnico podem formular o mesmo objetivo, no entanto, estes não são transformados num só).
- ▶ Grande parte dos objetivos da equipa CRI não surgem em continuidade aos objetivos definidos pelos docentes no PEI, sendo anexados aos mesmos.
- ▶ É uma tendência comum a falta de participação dos encarregados de educação bem como as dificuldades de compreensão associadas à linguagem utilizada no PEI.
- ▶ Os objetivos são tendencialmente centrados nas funções e estruturas do corpo, havendo poucos para os domínios da atividade e participação.
- ▶ Os CRI revelaram falta de informação/formação sobre como formular objetivos mensuráveis, sendo uma dificuldade apontada.
- ▶ Quanto aos modelos de elaboração de objetivos de intervenção (PICO, GAS, SMART), os CRI apresentam desconhecimento.
- ▶ Ausência de tempo pré-definido (horas de trabalho não direto) para a elaboração dos PEI em equipa (profissionais CRI, professores e pais).
- ▶ É transversal a dificuldade em elaborar os objetivos centrados nos alunos, tendo em vista a funcionalidade dos mesmos.

Recomendações

- ▶ A elaboração dos objetivos, como guia orientador para a aplicação do PEI de crianças ou jovens com necessidades especiais, é uma das etapas mais determinantes no processo de habilitação.

apoio:



A REFLEXÃO

passado . presente . que futuro?

- ▶ Urge a necessidade dos CRI e dos AE/E terem acesso a informações acerca de como delinear objetivos, de forma a poder efetua-los tendo por base os mesmos pressupostos teóricos (como fazer), bem como práticos (como aplicar, avaliar e medir).
- ▶ Necessidade de envolver, na definição de objetivos, todos os intervenientes do processo educativo: os docentes titulares, os docentes da educação especial, profissionais de CRI, família e, sempre que possível, o próprio aluno;
- ▶ Privilegiar objetivos centrados na criança, de forma a aumentar a sua participação nos diferentes contextos de vida;
- ▶ Utilização da CIF como guia orientador para o desenho do plano individual do aluno sendo os objetivos criados em consonância com o descrito no capítulo de Atividade e Participação;
- ▶ De forma a acompanhar o progresso de cada aluno é fundamental que se estabeleça um número máximo de objetivos (2 a 3 no máximo) e tempo de monitorização mais periódicos (ex. 3 meses) sendo, posteriormente, redefinindo.
- ▶ Os objetivos devem ser mensuráveis, centrados e significativos para o aluno e a família.
- ▶ As estratégias devem ser definidas e integradas no programa educativo individual, sendo que cada área de intervenção deve dar o seu contributo neste sentido.
- ▶ A intervenção dos CRI deverá ter em conta a passagem de competências para a família e escola.
- ▶ Os objetivos devem ser desenhados segundo o modelo SMART (específicos, mensuráveis, atingíveis, relevantes e com tempo definido).

apoio:



CONVERSA 3 “Regulamentação dos CRI”

Práticas comuns

- ▶ Falta de colaboração entre AE/E e CRI nos documentos da plataforma documental (sinalização de alunos e monitorização dos Planos de Ação; limitação no acesso à mesma pelo CRI; AE/E que não integram os técnicos nos processos educativos dos alunos).
- ▶ Ausência da figura de coordenação em alguns CRI (modelo de financiamento e funções não previstas nos Planos de Ação - PA).
- ▶ Diversidade na documentação: alguns CRI apenas participam nos PEI, outros elaboram apenas um plano individual institucional e outros fazem ambos, isto é, um plano individual institucional e participam no PEI.
- ▶ Dificuldade da inserção da informação CRI no PEI, quer no perfil funcionalidade, nos objetivos de intervenção e no PIT.
- ▶ Diversidade nos locais de registo das sessões: alguns CRI têm documentação institucional, outros apenas os realizam no livro de ponto da escola e outros, em ambos.
- ▶ Ainda se verifica a existência de relatórios produzidos pelos CRI, anexos aos documentos escolares.
- ▶ Diversidade no registo de assiduidade: alguns CRI preenchem a folha de presença da instituição, outros a da escola; há ainda CRI que não têm qualquer tipo de monitorização de assiduidade.
- ▶ O relatório circunstanciado constitui, para alguns CRI, o único documento em que participam.
- ▶ Quanto às avaliações intercalares, algumas são documentos anexos sob a forma de relatório enquanto outras são incluídas diretamente nos documentos escolares.
- ▶ O início tardio da aprovação dos planos de ação condiciona os momentos de avaliação e participação nos documentos escolares (até 60 dias após o início do ano).
- ▶ Não estão previstos momentos para reuniões e partilha com os intervenientes (pais, professores e profissionais CRI), assim como momentos para reuniões da equipa técnica o CRI.
- ▶ Dificil gestão de horários dos intervenientes para garantir presença nas reuniões de avaliação /monitorização, pelo elevado número de alunos apoiados/por profissional CRI e pelo número de escolas em que intervêm.

apoio:



A REFLEXÃO

passado . presente . que futuro?

- ▶ Falta de componente não letiva para o planeamento de sessões, construção de material, reavaliações da intervenção, reuniões, atualização permanente da formação e qualificação dos profissionais.
- ▶ Intervenções dos profissionais dos CRI com a duração de 30 minutos condensa a qualidade da intervenção.
- ▶ Número e tempo de deslocações entre escolas não estão considerados no PA.

Recomendações

- ▶ Elaboração do PA (sinalização dos alunos a apoiar pelo CRI) até ao final do 2º período do ano letivo a decorrer.
- ▶ Acesso à plataforma de elaboração e monitorização do PA também ao CRI.
- ▶ Aprovação dos PA até ao final de cada ano letivo, para que os técnicos do CRI iniciem as funções no início do ano letivo seguinte.
- ▶ Inserção das funções de coordenação e respetivo financiamento.
- ▶ Atribuição de horas não letivas e horas para as deslocações, com o financiamento próprio.
- ▶ Existência de documentação única do aluno, com integração e participação dos elementos do CRI nos documentos escolares (PEI: perfil de funcionalidade, medidas educativas, PIT, avaliações intercalares e relatórios circunstanciados).
- ▶ Existência de registo de sessões/sumários em formato pré-definido.
- ▶ Definição de momentos para as reuniões: de elaboração dos PEI - no decorrer do primeiro período; periódicas com os intervenientes (pais, professores e profissionais CRI) - durante as interrupções letivas.
- ▶ Necessidade de contemplar tempo para reunião semanal da equipa técnica do CRI com coordenação.
- ▶ Necessidade da figura de gestor de caso
- ▶ Necessidade de horas não letivas (proposta de 7h) para o planeamento de sessões; construção de material; reavalições da intervenção; reuniões esporádicas; avaliações especializadas para a educação especial.
- ▶ Duração mínima de apoio/aluno/valência: 45 minutos, perfazendo 28 alunos/semana/técnico .

apoio:



A REFLEXÃO

passado . presente . que futuro?

- ▶ Horário de intervenção distribuídos ao longo do horário escolar, podendo considerar os momentos dos intervalos, refeições, AECs, de acordo com a avaliação técnica e definição dos objetivos de intervenção.
- ▶ O período para as deslocações deverá ser contabilizado no horário do profissional do CRI.

apoio:



CONVERSA 4 “Planos Individuais de Transição”

Práticas comuns

- ▶ Todos os CRI são mediadores PIT, 3 anos antes do término da escolaridade obrigatória, de acordo com a legislação em vigor.
- ▶ Há influência dos AE/E nas práticas dos CRI, quanto à intervenção em PIT: alguns alunos, são logo integrados nos contextos onde desenvolvem o PIT sem a avaliação dos profissionais do CRI. Outros AE/E aguardam a colocação dos profissionais do CRI para a definição do PIT dos alunos, nomeadamente quando se trata de integração dos alunos na instituição CRI.
- ▶ Em apenas um dos CRI presentes nesta conversa, se faz uma articulação direta com os AE com reuniões mensais entre a equipa de coordenação do CRI e as direções dos agrupamentos das escolas.
- ▶ A participação do jovem e dos pais na formulação do PIT ainda não ocorre da mesma forma: em alguns CRI, existe uma reunião inicial para explorar áreas de interesse e para envolvê-los pela procura de possíveis locais para realização de PIT.
- ▶ Em alguns CRI, a maioria dos PIT, é desenvolvido em contexto da instituição que gere o CRI.
- ▶ Quanto ao financiamento, alguns CRI referiram valores que as instituições recebem por aluno que frequenta o PIT: 400 euros para PIT desenvolvido em contexto da instituição e 600 euros para PIT desenvolvido em comunidade.
- ▶ Em alunos com maior grau de funcionalidade, o transporte é assegurado por: família; escola; instituições do CRI; autarquias, família e/ou instituições com CRI. Em alunos com menor grau de funcionalidade o transporte é assegurado habitualmente pela autarquia.
- ▶ Os técnicos de referência, para serem mediadores PIT, são maioritariamente Psicólogos, mas também Terapeutas Ocupacionais e Técnicos Especializados.
- ▶ Quanto à avaliação:
 - Documentos de referência do PIT são elaborados pelos AE ou pelos CRI.
 - São utilizados os referenciais adaptados dos cursos de formação profissional do IEFP ou definidos pela própria escola.

apoio:

A REFLEXÃO

passado . presente . que futuro?

- ▶ A utilização dos recursos das instituições que gerem CRI para desenvolvimento dos PIT varia consoante as características do aluno: jovens com maior grau de funcionalidade integram atividades nas próprias instituições e jovens com menor grau de funcionalidade beneficiam de recursos associados ao bem-estar tais como snoezelen, atividades de vida diária em CAO.
- ▶ Quanto à adequação das respostas de PIT consoante o grau de autonomia dos jovens:
 - Alunos com maior grau de funcionalidade: CRI e AE/E procuram criar uma rede de possíveis locais para realização do PIT, através de protocolos de parceria. Há zonas no país, cujos alunos e família, disponibilizam à escola e ao CRI locais para desenvolver o seu PIT. Alguns alunos permanecem na escola até completarem os 18 anos e outros alunos são integrados na formação profissional a partir dos 16.
 - Alunos com menor grau de funcionalidade: alguns frequentam o CAO das instituições do CRI, outros permanecem nas UAEEAM e apenas é realizada a inscrição para futuro encaminhamento para CAO. Alguns alunos permanecem nas UAEEAM de 2º e 3º ciclo até completarem os 18 anos e alguns permanecem até aos 16 anos nas UAEEAM básicas e, posteriormente, vão para o CAO.

Recomendações

- ▶ O PIT deveria ser iniciado o mais cedo possível. O PIT não deveria ser delineado apenas aos 15 anos, considerando-se que a idade dos 12 anos seria o momento ideal. Durante este período, o PIT poderia ser desenvolvido no contexto escolar e, progressivamente, o aluno deveria ser integrado na comunidade.
- ▶ A escola e família devem assumir o papel principal e profissionais do CRI devem apoiar o processo de transição.
- ▶ Considerando que as famílias não devem assegurar os transportes, é papel da escola mobilizar os recursos possíveis (com outras entidades).
- ▶ Deve continuar a existir o profissional mediador, responsável pelo PIT de forma a existir uma uniformidade de procedimentos.
- ▶ Os resultados da avaliação devem ser vertidos na documentação escolar.
- ▶ Nas competências a atingir, deve ser usado o referencial adaptado dos cursos do IEFP.
- ▶ O horário do mediador de PIT pode ser organizado da seguinte forma: horas indiretas (estabeleci-

apoio:



A REFLEXÃO

passado . presente . que futuro?

mento de parcerias), horas diretas (treino de autonomia, exploração de interesses) e horas de deslocação ao local onde se realiza o PIT para acompanhamento e monitorização.

- ▶ No caso de alunos em UAEEAM, o PIT deve ser desenvolvido no contexto escolar utilizando os serviços do mesmo. A frequência de Centros de Atividades de Ocupação para desenvolvimento de PIT, pode criar expectativas de ingresso imediato ao aluno e família, o que muitas vezes é impossível pela lotação dos mesmos.

apoio:



CONVERSA 5 “Intervenção em Currículos Específicos Individuais”

Práticas comuns

- ▶ Existência de relatórios com objetivos por especialidade, fornecidos posteriormente à escola, para serem anexos ao CEI .
- ▶ Noutros casos, os objetivos são também definidos por especialidade e escritos numa área específica de intervenção no documento CEI.
- ▶ A escola elabora CEI e o profissional do CRI apenas é convidado para verificar e nem sempre são integradas as recomendações deste.
- ▶ Há uma reunião inicial com a presença de todos os agentes - equipa do CRI, assistentes operacionais e equipa docente, para delinear o ano letivo. Ocorrem também reuniões com todos intervenientes para estabelecer objetivos integrando as sugestões de todos.
- ▶ Final do ano letivo - reuniões formais e informais, com partilha de informação onde estão presentes os pais, técnicos e professores. A informação partilhada com os pais não é conjuntamente estruturada entre os profissionais do CRI e os docentes.
- ▶ Maioritariamente não há participação ativa por parte dos pais na definição do CEI.
- ▶ O contacto com os pais, no início do ano, é difícil quer porque alguns pais não comparecem ou porque não se envolvem ativamente.
- ▶ As reuniões de final do período no 1º ciclo ocorrem, maioritariamente, com professor da educação especial e professor titular; a partir do 2º ciclo, o Diretor de Turma é convocado, mas frequentemente não comparece.
- ▶ A participação dos profissionais de CRI nos Conselhos de Turma é pouco frequente, variável consoante a relação com os AE/E. Quando a participação dos CRI acontece ainda é pobre na qualidade e quantidade dos conteúdos.
- ▶ A informação acerca dos progressos ou intervenções realizadas ou a realizar com os alunos é feita de modo informal, no próprio contexto de intervenção (mais frequente em UAEEAM).

apoio:



A REFLEXÃO

passado . presente . que futuro?

- ▶ Quanto aos materiais, o modelo de financiamento dos CRI não prevê verba para o efeito e os AE/E nem sempre autorizam a utilização dos recursos que possuem (ex: fotocópias, materiais, etc.).
- ▶ Os AE/E nem sempre consultam os CRI para a aquisição de material para as UAEEAM.
- ▶ A intervenção ocorre em diversos contextos educativos naturais, na comunidade escolar (refeitórios, sala de aula, recreio, culinária, jardinagem, outros espaços como ginásios, piscinas, bibliotecas) e fora dela (correios, cafés, mercearias, etc.).
- ▶ Ainda se verificam, com frequência, intervenções em contextos individuais e isolados.
- ▶ Não existe uma efetiva parceria na utilização das estratégias propostas e pré-definidas entre todos os intervenientes.
- ▶ Há obstáculos, nalguns AE/E, à intervenção/informação para o grupo de pares dos alunos alvo da intervenção.

Recomendações

- ▶ Prática comum no que respeita às reuniões: inicial e final de período onde todos os intervenientes devem participar, efetivamente e em equipa, na definição e avaliação dos objetivos com os restantes agentes educativos (pais e docentes).
- ▶ Arrancar o trabalho do CRI no início do ano letivo, com colocação atempada dos técnicos e horário bem definido para o trabalho indireto.
- ▶ Definir os objetivos/competências a adquirir pelos alunos considerando os resultados esperados para cada aluno, numa lógica multidisciplinar e não por área de especialidade de intervenção.
- ▶ Envolver os pais na tomada de decisão sobre os conteúdos do CEI.
- ▶ Realizar reuniões com todos os intervenientes, sempre que se justifique, sendo importante estar presente nas reuniões de conselho de turma e nas reuniões de avaliação de período, envolvendo professores titulares e diretores de turma.
- ▶ Criar a figura de gestor de caso, que facilite os processos de articulação entre todos os profissionais e a família.
- ▶ Recurso às Tecnologias de Informação e Comunicação para promover a comunicação entre todos os agentes educativos - p.ex. drives, mails e clouds.

apoio:



A REFLEXÃO

passado . presente . que futuro?

- ▶ Disponibilizar componente de trabalho não letiva para a formação sobre estratégias de intervenção.
- ▶ Disponibilizar componente de trabalho não letiva para articulação com pais e diversos professores no contexto educativo.
- ▶ Estabelecer áreas de influência geográfica para facilitar o processo de interação.
- ▶ Estabilizar a equipa técnica - importante no processo do aluno, no que se refere à credibilidade e à confiança.
- ▶ Existência de verba para adquirir materiais específicos a usar pelos técnicos: testes de avaliação, material de intervenção e de desgaste.
- ▶ Criação de um banco de recursos local para produtos de apoio e outros recursos materiais, que pode ser de acesso ao conjunto dos CRI e das escolas dessa zona geográfica.
- ▶ Disponibilizar componente de trabalho não letivo para elaboração de material de intervenção específico.
- ▶ Privilegiar a intervenção em grupos quando se tratar de treino de competências funcionais/ sociais.
- ▶ Aumentar a duração (nunca inferior a 45 minutos) e a frequência de intervenção individual.
- ▶ Intervir para a funcionalidade
- ▶ Intervir para preparar o contexto natural para a inclusão da criança/jovem.
- ▶ Imprescindível prever recursos humanos e financeiros para a correta transição para a vida adulta.

apoio:



CONVERSA 6 “Intervenção em Adequações Curriculares”

Práticas comuns

- ▶ O rácio de alunos/técnico é demasiado elevado se consideradas as funções desempenhadas e o elevado nº AE/E, por profissional.
- ▶ Existe uma grande variação deste rácio entre os CRI, variando o nº de apoios semanais prestados entre 30 e 50 apoios por profissional.
- ▶ Duração dos apoios varia entre 15min, 30 min, 45 min, 60 min, 90 min e 120 min.
- ▶ Alguns CRI renegociaram a distribuição, para assegurar 45 min por criança. Para este efeito tiveram que ser excluídos alguns dos casos sinalizados no Plano de Ação.
- ▶ Os apoios de 15min e 30min foram, em alguns CRI, convertidos em apoios mensais ou semanais, respetivamente.
- ▶ Nem todos os AE aceitaram os processos de renegociação para os 45 min e mantiveram as indicações dos PA.
- ▶ Existe uma grande discrepância quanto ao horário indicado para os apoios. Alguns são realizados em tempo letivo, outros fora dele (em horários AEC ou depois de todas as atividades). A variação depende da forma como o AE/E encara o CRI . Como concetualiza o contexto inclusivo face ao contexto reabilitativo.
- ▶ Há dificuldades de ajustes de horários devido à aprovação tardia dos Planos de Ação e ao elevado nº de alunos e escolas/profissional.
- ▶ O tempo de apoio é de componente maioritariamente direta, não estando previsto horário para outro tipo de apoios.
- ▶ Há CRI que incluem no horário dos seus profissionais, tempo para reuniões e participação noutro tipo de atividades, mas esta prática não é uniforme.
- ▶ Nalguns CRI há muito tempo gasto em deslocações retirado por isso ao apoio direto.

apoio:



A REFLEXÃO

passado . presente . que futuro?

- ▶ Os profissionais alocados a menos escolas conseguem aumentar a qualidade da sua intervenção, estabilizando a sua relação com equipa educativa e pais.
- ▶ Em alguns CRI, o tempo de deslocação, não é contemplado no horário de trabalho dos seus profissionais.
- ▶ A articulação com a equipa educativa é realizada de modo formal nos períodos letivos e informalmente com frequência semanal.
- ▶ Alguns CRI participam nas reuniões de Conselho de Turma mas esta prática parece condicionada pelos números de alunos por profissional e pela dispersão dos AE/E.
- ▶ A articulação com encarregados de educação varia entre os CRI - desde um contacto mais próximo e frequente até à inexistência deste contacto
- ▶ Na maioria dos CRI, o contacto com os encarregados de educação, quando acontece, é nas reuniões nas interrupções letivas.
- ▶ Verifica-se uma dificuldade generalizada quanto ao processo de tomada de decisão para medidas educativas ou de adequação curricular. A opção por CEI é muito frequente em caso de dúvida, dada a falta de conhecimento quanto aos limites/mínimos propostos para cada medida educativa.

Recomendações

- ▶ Aprovação dos Planos de Ação antes do início do ano letivo para melhor planeamento do trabalho de todos.
- ▶ Considera-se adequado uma média de 25 apoios/semana/técnico.
- ▶ Parece haver uma relação direta entre o nº de horas de trabalho não direto e o tipo e qualidade da parceria com os AE/E, influenciando largamente a eficácia do processo de intervenção.
- ▶ Vincular os pais a um processo de acompanhamento mais assíduo, convidando-os a serem participantes mais ativos nas decisões informadas do processo educativo do seu educando.
- ▶ Criação de um documento comum orientador para os pais, com informação das diferentes medidas educativas.
- ▶ Necessidade de se antecipar o projeto de vida e a articulação com escolas profissionais, que deve ser prioritária, a partir do 3º ciclo.

apoio:



A REFLEXÃO

passado . presente . que futuro?

- ▶ Realizar com frequência formações para a explanação de informações relativas aos Processos de Adequação.
- ▶ Criação de metas mínimas para cada disciplina e ano letivo.
- ▶ Existência de uma avaliação prévia, ainda que sumária, dos alunos sinalizados para elaborar as propostas para o ano letivo seguinte.
- ▶ Priorizar a intervenção com contexto real: criando oportunidades de participar socialmente com modelos positivos, avaliação e adequação dos contextos. Este tipo de intervenção possibilita a continuidade do trabalho, a partilha de estratégias, e o acompanhamento direto e indireto.

apoio:



A REFLEXÃO

passado . presente . que futuro?

Em resumo:

Este I Encontro possibilitou uma maior aproximação entre os diversos atores dos CRI, com partilha de boas práticas e reflexão acerca das maiores dificuldades sentidas. Foi consensual, entre os participantes, a necessidade de se uniformizar conceções e práticas dos CRI, sendo urgente a divulgação de orientações e de regulamentação específica proveniente dos órgãos decisores.

Deste I Encontro, foi evidente a necessidade de investigação no domínio da avaliação e tipologias de intervenção dos CRI, que permitam recolher evidências baseadas na prática, a construção de ferramentas para qualificar a intervenção em contexto educativo. Em suma a melhoria contínua do projeto. Foi sentimento partilhado por todos os participantes, que os CRI devem tornar-se numa resposta permanente e consistente, com o objetivo de contribuir para a real inclusão das crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

Na heterogenia de atuação dos CRI, foi possível constatar a influência das Instituições Particulares de Solidariedade Social quer no plano conceptual quer organizacional e, conseqüentemente, nas práticas dos CRI.

Há necessidade de construir orientações no que concerne a avaliação das necessidades, a definição de objetivos, a forma de regular a parceria com os AE/E, os planos individuais de transição, os currículos específicos individuais e as adequações curriculares.

As conclusões partilhadas pela Comissão de Acompanhamento dos CRI enquadraram-se nas conclusões do I Encontro, e consubstanciaram-se nos seguintes aspetos:

- na mudança expressa na vontade de que os apoios dos CRI ocorram ao longo do ano letivo, que se iniciem no primeiro dia de aula no próximo ano letivo, respeitando os respetivos ciclos de ensino. Na mudança também pela intenção de mudar o modelo de financiamento, em função de um rácio pré-definido, com critérios de majoração e minoração, de forma a permitir a distribuição local, numa lógica plurianual;
- na melhoria do modelo de parceria entre os CRI e os AE/E, através da definição de referenciais comuns, com orientações que surgirão no manual de apoio à prática, encomendado ao CRPG, tendo sido os CRI presentes convidados a enviar sugestões para a DGE
- na manutenção do foco na monitorização e avaliação dos CRI. Sendo que a disponibilização de formação para os intervenientes dos CRI e a contínua partilha de práticas são fatores fundamentais para a qualificação da intervenção.

apoio:



A REFLEXÃO

passado . presente . que futuro?

Finalmente, a Comissão de Acompanhamento dos CRI, referiu a importância de continuidade de iniciativas similares, com um II Encontro Nacional, onde deveriam estar presentes também alunos com NEE, pais, representantes e docentes dos AE/E.

Porto, 08 de maio de 2015
CENTRO DE RECURSOS PARA A INCLUSÃO da
ASSOCIAÇÃO DO PORTO DE PARALISIA CEREBRAL



apoio:

